

EVOLUÇÃO, DESENVOLVIMENTO E DESAFIOS DA ARBITRAGEM DA GINÁSTICA ARTÍSTICA FEMININA: UMA ANÁLISE POR YUMI YAMAMOTO SAWASATO

Andrize Ramires Costa¹
Mateus Henrique de Oliveira²
Leticia Bartholomeu de Queiroz Lima³

RESUMO: Este artigo traz uma análise crítica sobre a evolução e os desafios na avaliação da Ginástica Artística Feminina no Brasil e no mundo. Para isso, entrevistamos a Professora Yumi Yamamoto Sawasato, referência latina na arbitragem da modalidade, com participação em cinco Jogos Olímpicos e diversas honrarias da Federação Internacional de Ginástica. Com uma abordagem qualitativa e entrevista semiestruturada, abordamos temas como a evolução do código de pontuação, dificuldades da carreira de árbitra e o futuro da arbitragem na ginástica. Analisar a experiência dessa referência nacional e internacional permite levantar novas questões e definir objetivos que impulsionem o desenvolvimento da modalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Arbitragem. Ginástica. Evolução.

EVOLUTION, DEVELOPMENT AND CHALLENGES OF JUDGING IN ARTISTIC GYMNASTICS: AN ANALYSIS BY YUMI YAMAMOTO SAWASATO

ABSTRACT: This article provides a critical analysis of the evolution and challenges in Women's Artistic Gymnastics evaluation in Brazil and worldwide. We interviewed Professor Yumi Yamamoto Sawasato, a leading Latin American authority in gymnastics judging, who has participated in five Olympic Games and received numerous honors from the Federation Internationale de Gymnastique. Employing a qualitative approach with semi-structured interviews, we explored themes such as the evolution of scoring codes, challenges in the judging career, and the future of gymnastics judging. Examining the experience of this national and international reference enables us to raise new questions and set objectives to advance the development of the sport.

KEYWORDS: Judging. Gymnastics. Evolution.

EVOLUCIÓN, DESARROLLO Y DESAFIOS DEL ARBITRAJE EM LA GIMNASIA ARTISTICA FEMENINA: UM ANÁLISIS DE YUMI YAMAMOTO SAWASATO

RESUMEN: Este artículo ofrece un análisis crítico sobre la evolución y los desafíos en la evaluación de la Gimnasia Artística Femenina en Brasil y en el

¹ Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: andrize.costa@gmail.com

² Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: matthenri0@gmail.com

³ Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: leticia_queiroz@hotmail.com

mundo. Entrevistamos a la profesora Yumi Yamamoto Sawasato, una de las mayores autoridades latinoamericanas en arbitraje de gimnasia, participante en cinco Juegos Olímpicos y galardonada con múltiples honores por la Federación Internacional de Gimnasia. Con un enfoque cualitativo y entrevistas semiestructuradas, exploramos temas como la evolución de los códigos de puntuación, los desafíos en la carrera de árbitro y el futuro del arbitraje en la gimnasia. Analizar la experiencia de esta referencia nacional e internacional nos permite plantear nuevas cuestiones y establecer objetivos que impulsen el desarrollo de esta disciplina.

PALABRAS CLAVE: Arbitraje. Evolución. Gimnasia.

Introdução - A evolução da arbitragem na Ginástica Artística Feminina

A Ginástica Artística (GA) é uma modalidade esportiva tradicional e secular (Oliveira, 2010). Nas últimas duas décadas, no Brasil, a GA Feminina (GAF) teve uma crescente evolução de resultados internacionais e, conseqüentemente, uma maior visibilidade na mídia, gerando assim uma maior aproximação com o público em geral (Lopes, 2019; Molinari et al., 2018; Schiavon, 2013).

Dentre os principais resultados, destacamos os Jogos Olímpicos de 2024 (Paris/ França) e 2021 (Tóquio/Japão), em que o hino do Brasil tocou pela primeira vez na premiação da GAF. Esses acontecimentos inéditos foram protagonizados pela ginasta Rebeca Andrade, que se consagrou campeã na prova de salto sobre a mesa (Tóquio) e solo (Paris), além de conquistar prata no individual geral nos Jogos Olímpicos de 2021 e 2024, prata no salto sobre a mesa (2024), tornando-se a maior medalhista olímpica da história do esporte brasileiro com seis medalhas. Importante destacar que a evolução da GAF brasileira culmina com a medalha de bronze na competição por equipe dos Jogos Olímpicos de Paris 2024.

Essas conquistas, embora individuais, materializaram um trabalho em longo prazo feito com a modalidade no Brasil. Trata-se de uma trajetória trilhada por diversas pessoas nela envolvidas em diferentes funções, como ginastas, treinadores(as), gestores(as) e árbitros(as). Os(as) árbitros(as), por vezes invisibilizados(as), são “peças-

chave” e se fazem extremamente importantes para a evolução e o crescimento da GAF no Brasil, sendo os(as) principais detentores(as) de conhecimento específico das regras da modalidade durante o ciclo olímpico e responsáveis por oferecer um *feedback* da atuação de ginastas e treinadores(as) no ambiente competitivo.

Em uma competição de GA, as breves apresentações dos(as) ginastas nas competições sintetizam anos de preparação, bem como muitas expectativas pessoais e coletivas. O resultado da participação está, em partes, subordinado à atuação dos(as) árbitros(as), que, segundo Oliveira e Bortoleto (2009), possuem a complexa tarefa de analisar a apresentação e realizar uma avaliação baseada na percepção que o(a) mesmo(a) gerou, de acordo com os critérios estabelecidos no regulamento da modalidade. O(a) árbitro(a), além de avaliar a rotina durante a competição, consegue auxiliar ginastas e treinadores(as) na montagem das séries, tentando explorar o melhor de cada ginasta. Sendo assim, é necessária a presença de um(a) bom(a) especialista em arbitragem para que haja um bom desenvolvimento esportivo (Oliveira & Toledo, 2023).

Na GA, as regras são formuladas pela Federação Internacional de Ginástica (FIG) por meio dos Comitês Técnicos masculino e feminino, compostos por pessoas dos diferentes continentes, responsáveis por analisar, estruturar e manejar alterações das regras da modalidade a cada ciclo olímpico. O conjunto dessas regras forma o regulamento da GA, isto é, o Código de Pontuação (CP). O CP pode ser dividido em três partes:

a) funcionamento geral da GAF e normas de conduta para os ginastas, técnicos e árbitros; b) aspectos específicos do funcionamento de cada um dos aparelhos; e c) tabelas dos elementos nos distintos grupos estruturais e seus respectivos valores (Oliveira & Bortoleto, 2009, p. 2).

Embora as primeiras competições tenham surgido no início do século XX, a modalidade só teve seu primeiro Código de Pontuação

elaborado em 1949, com o intuito de fundamentar o julgamento nos Jogos Olímpicos de Helsinque, em 1952. A criação do CP foi motivada por inúmeros problemas e dificuldades enfrentados durante as competições de ginástica nos Jogos Olímpicos de Londres, em 1948 (Publio, 2002; Oliveira & Bortoleto, 2009; Atikovic, 2014; Grossfeld, 2014). Segundo os autores, antes desse fato, os(as) ginastas eram avaliados(as) com base em um conceito de impressão geral. Nesse sistema, os(as) árbitros(as) se reuniam após a execução da série pelo primeiro ginasta para definir um "ponto de partida" em relação aos(às) demais competidores(as), que eram avaliados(as) de forma comparativa. Este método era amplamente questionado quanto à sua imparcialidade e coerência na avaliação.

Os aspectos relativos ao CP, modos de competição, número de árbitros(as) responsáveis por avaliar cada prova, critérios de avaliação, e a quantificação dos elementos e notas sofreram consideráveis modificações ao longo dos anos (Grossfeld, 2014; Oliveira & Bortoleto, 2009). Ilustrando essas diversas alterações no modo de julgamento e destacando aspectos importantes sobre como o formato de avaliação mudou ao longo dos anos, Oliveira (2022) elaborou o quadro a seguir:

Quadro 1 – Evolução do Código de Pontuação da Ginástica Artística e suas influências no modo de avaliação das séries.

Período	Formato de julgamento
1903 a 1922	Entre 1903 e 1922, dois(duas) árbitros(as) eram os(as) responsáveis por avaliar cada prova, os(as) quais realizavam uma média entre as suas duas notas, construídas por acréscimos de 0,25 pontos, tendo a nota 10 como máxima.
1922 a 1930	No período de 1922-1930, o número de árbitros(as) subiu para três, e o sistema de pontuação mudou de um quarto de ponto para décimos de ponto, com a nota máxima de 10 pontos. Também na década de 30, as mulheres conquistam o direito de criar um Comitê Técnico para a GAF e, assim, passam a integrar a arbitragem da modalidade, sendo uma das grandes conquistas da época o fato de se ter mulheres competindo e sendo avaliadas diretamente por outras mulheres.
1930 a	Dentre os anos de 1950 e 1952, o número de árbitros(as) por prova aumentou para quatro, e a nota era calculada por meio da média

1956	das duas notas intermediárias. Em 1956, para os Jogos Olímpicos de Melbourne, foram introduzidas as divisões dos níveis de dificuldades em letras e com seus respectivos valores (inicialmente A, B e C, sendo que atualmente os valores vão de A a J no feminino e A a H no masculino), colaborando para uma melhor compreensão da complexidade dos movimentos e das combinações que os(as) ginastas realizavam em suas séries.
1956 a 1962	Até o ano de 1962, o documento contava apenas com descrições generalizadas para a avaliação da dificuldade dos movimentos que os(as) ginastas apresentavam, realizados por conceitos como performance perfeita, boa, excelente ou superior, abaixo da média ou ainda satisfatório, razoável e insuficiente ou muito deficiente.
1962 a 1976	No CP utilizado nos Jogos Olímpicos de 1976, surgiu pela primeira vez a divisão dos conceitos de Dificuldade, Execução e Combinação, além dos conceitos artísticos conhecidos como ROV – Risco, Originalidade e Virtuoso, que passaram a compor juntos o sistema de nota 10. Registra-se também nesse período a realização dos primeiros eventos voltados especificamente para a arbitragem, como os Simpósios de Árbitros e Simpósios de Técnicos e Árbitros, promovidos pela FIG e que, posteriormente, se tornaram os Congressos Técnicos da FIG.
1976 a 1993	No ano de 1993, propuseram a divisão da banca de arbitragem em banca A e banca B, buscando melhorar a eficiência do trabalho dos(das) árbitros(as). Isso tornou o ato de avaliar as séries mais específico, facilitando a tarefa do julgamento das séries. Tal especificidade dividiu a sobrecarga de funções que os(as) árbitros(as) tinham anteriormente, pois uma banca passou a avaliar apenas a dificuldade dos elementos, e a outra ficou responsável por avaliar apenas a execução. Trata-se de uma mudança considerada significativa, sendo uma das maiores no âmbito organizacional da arbitragem em anos.
1993 a 2001	Período de importantes alterações, principalmente no modo de competição. No ciclo de 1997-2000 houve a extinção do ROV no CP e, também, o fim das séries obrigatórias apresentadas pelos(as) ginastas até os Jogos Olímpicos de 1996. No ano de 2001, foi implementada a mesa de salto para ambas as modalidades, trazendo novas dinâmicas de treinamento e de avaliação. O CP trouxe diferentes normativas e categorias de movimentos, como os movimentos de valor Super E, bem como diferentes exigências para o cumprimento das séries, que influenciaram diretamente nas principais características do esporte dentro desse período e, conseqüentemente, no modo de avaliar as séries.
2001 a 2008	A partir do ano de 2005, o número de árbitros(as) necessários(as) para a determinação da nota final aumentou para seis e, em 2006, houve o fim do chamado Código fechado, que limitava a nota até o máximo de 10 pontos. A implementação do chamado Código aberto, no qual a nota não possui um limite máximo gerou uma confusão entre os espectadores da modalidade e também se tornou motivo de protesto na comunidade ginástica. O número de árbitros(as) por prova aumentou para oito, sendo dois deles(as) responsáveis pela elaboração das notas de dificuldade e os outros(as) seis responsáveis

	pela avaliação das notas de execução.
2009 a atualmente	Desde 2009, o CP da modalidade define que em competições oficiais são necessários 5 árbitros(as) para avaliarem a execução dos movimentos que os(as) ginastas realizam, e outros 2 árbitros(as) para elaborar a nota de dificuldade e, assim, calcular as notas finais que os(as) ginastas recebem. O CP ainda define para competições maiores, como Campeonatos Mundiais e Jogos Olímpicos, a atuação de 2 árbitros(as) de referência, que são os(as) árbitros(as) chefes de cada aparelho e que são responsáveis por formular uma nota que sirva de parâmetro comparativo com as notas dos outros(as). Tal definição é importante para que se formule um julgamento mais coeso entre os membros da banca de arbitragem, além da presença de assistentes que atuam em diferentes funções, como árbitro(a) de linha (nas séries de solo e salto sobre a mesa), árbitros(as) cronometristas de série (exceto nas provas de salto sobre a mesa), de queda (exceto nas provas de salto e solo), e secretários.

Fonte: Adaptado de Oliveira (2022)

Tal desenvolvimento visou aprimorar a especificidade da atuação dos(das) árbitros(as), com funções bem definidas e maior clareza nos critérios técnicos a serem adotados para o processo de avaliação dos movimentos apresentados pelos(as) ginastas. No entanto, mesmo com o aumento do número de árbitros(as) por prova, trazendo maior diversidade de experiências prévias para o momento de atuação, e passando por diferentes processos de formação (embora estruturalmente semelhantes), observa-se que ainda podem existir algumas inconsistências quanto ao nível de compreensão e à dificuldade de transferir esse entendimento para a aplicação prática durante a atuação profissional na arbitragem.

Assim, parece que os(as) árbitros(as) ainda possuem diferentes interpretações de uma mesma série, direcionando maior atenção a determinados componentes, causando algumas inconsistências no processo avaliativo da modalidade (Pajek et al.; 2014; 2015; Oliveira et al., 2017; Oliveira & Toledo, 2023a).

Fica claro que um(a) bom/boa conhecedor(a) de GA precisa entender cada parte do CP sem perder a noção do todo, ou seja, dos pressupostos estéticos, éticos e políticos que influenciam o seu conteúdo e o dinamismo do mesmo. Para além disso, deve dominar uma

variedade de habilidades e competências práticas a serem utilizadas no seu momento de atuação profissional (Oliveira & Toledo, 2023b).

Diante desse cenário de evolução e desenvolvimento das regras da modalidade, buscamos a partir de um diálogo com Yumi Yamamoto Sawasato, ex-árbitra, representante brasileira em cinco Olimpíadas, sobre como este processo ocorreu e como ela contribuiu pro atual cenário na GAF brasileira.

Metodologia

Buscamos nesta pesquisa trazer um olhar crítico para a evolução e avaliação da GAF a partir de uma entrevista com a árbitra mais consagrada que o Brasil já teve, participante de cinco edições dos Jogos Olímpicos e ganhadora das maiores honrarias que a FIG pode oferecer a um(a) árbitro(a) de ginástica.

A presente pesquisa é de caráter descritivo, com uma abordagem qualitativa. Como instrumento, utilizamos uma entrevista semiestruturada, que nos permitiu, explorar com maior amplitude e densidade a compreensão em torno do tema, à medida que novas questões desdobravam-se a partir do diálogo. A entrevista foi realizada de forma presencial, com duração aproximada de 1 hora e 30 minutos, registrada em áudio e posteriormente transcrita. O roteiro de perguntas foi elaborado a partir de eixos temáticos como: (1) trajetória pessoal e profissional; (2) participação em Jogos Olímpicos; (3) mudanças no CP; e (4) perspectivas futuras para a arbitragem.

Para a análise e interpretação dos dados, nos utilizamos da análise temática (Minayo, 2013), que nos possibilitou inferir as considerações da entrevistada, ampliando e qualificando o debate em torno do objetivo proposto. A autora ainda sistematiza um conjunto de técnicas para a análise de dados, dentre elas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Dito isso, foram feitas as inferências e interpretações sobre os dados tratados e organizados a fim

de compor o conteúdo e expor qualitativamente os temas que constituíram relações com as falas da nossa entrevista.

Essa entrevista foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Estadual de Campinas, sob parecer nº 4.667.802, registro CAAE 38917420.7.0000.5404, estando de acordo com a resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2012).

Resultados e Discussão

Ao longo das falas de Yumi, aspectos como a subjetividade da avaliação, os desafios formativos e as mudanças no CP se evidenciam como temas centrais. A autora explicita a tensão entre a necessidade de objetividade e a permanência de elementos subjetivos, especialmente nos aparelhos com componente artístico, como apontam Pajek et al. (2014).

A questão do custo elevado para a formação também aparece como um obstáculo estruturante, conforme identificado por Oliveira, Noé e Bortoleto (2019) e Oliveira (2022). A perspectiva de Yumi reforça a importância da sensibilidade e experiência prática, aspectos discutidos por Oliveira & Toledo (2023) ao tratarem das competências dos(as) árbitros(as).

Yumi também expressa preocupações com a informatização da arbitragem e a perda da dimensão humana na avaliação, dialogando com Galak, Zoboli e Dantas Junior (2018), que discutem os impactos dos dispositivos tecnológicos sobre os corpos e as práticas esportivas.

Elementos sobre uma vida dedicada a Ginástica Artística

Figura 1 – Foto da Profa Yumi Yamamoto Sawasato



Fonte: Site oficial da Academia Yashi

Nascida em 1951 na cidade de São Paulo, Yumi conheceu a Ginástica Artística, na época chamada de Ginástica Olímpica, por volta dos 12/13 anos no Pacaembú, e posteriormente sua prima bastante talentosa a levou para fazer um teste no Esporte Clube Pinheiros (ECP). Inicialmente foi reprovada no teste, mas o seu encontro com a Ginástica não era um mero acaso: ela decidiu se esforçar e treinar mais, até que conseguiu entrar na equipe do ECP aos 16 anos de idade, dando início à sua trajetória como ginasta – algo impensável nos dias atuais se relacionado ao rendimento esportivo, pensando principalmente em questões maturacionais e de desenvolvimento de capacidades físicas e psicológicas para a modalidade (Nunomura & Nista-Piccolo, 2005; Nunomura *et al.*, 2009a; 2009b).

Pensando em seguir no mundo da Ginástica Artística, ingressa aos 18 anos no curso de Educação Física, da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo (EEFE/USP). Conforme Brasil e colaboradores (2018), muitos(as) ex-ginastas procuram o ingresso no curso de Educação Física pelas boas experiências vividas nos contextos de treinamento e nas competições de GA e a vontade de seguir imerso no universo da Ginástica.

Em sua trajetória foi ginasta, monitora, estagiária, treinadora e árbitra da modalidade, sendo que esta última a levou a participar de cinco edições dos Jogos Olímpicos. Como árbitra, passou por todas as categorias, iniciando como árbitra estadual, nacional, e se tornando árbitra internacional em 1976. Já em seu primeiro curso foi bem classificada, tendo sido convidada para fazer o curso intercontinental de arbitragem em 1981 em Moscou.

Yumi, destaca que a indicação para os cursos era feita via Confederação Brasileira de Ginástica (CBG), sendo todas as despesas custeadas pelos(as) árbitros(as), tais como: passagens, estadia e cursos – era um investimento bastante alto para se tornar árbitra. Alguns estudos mais recentes (Oliveira; Noé; Bortoletto, 2019; Oliveira, 2022) identificam que a situação se mantém de forma muito semelhante nos dias atuais.

Sua primeira participação em Jogos Pan-americanos foi em 1983 em Caracas/Venezuela. Desde então esteve presente em todas as edições até sua última participação em 2015 nos Jogos Pan-Americanos de Toronto, convocada pela União Pan-americana de Ginástica (UPAG), instituição essa que sempre selecionava o(a) melhor árbitro(a) do país para exercer a função.

Sua primeira convocação para os Jogos Olímpicos foi em 2000, nos Jogos de Sidney/Austrália, tendo sido convocada pela FIG. A partir daí, consolida sua carreira participando de mais 4 edições de Jogos Olímpicos (Atenas, Pequim, Londres e Rio de Janeiro).

Nos Jogos Olímpicos de 2004 ganhou o prêmio de melhor árbitra (painel E - nota de execução), recebendo a honraria da FIG na cidade de Gênova/Suíça. Em 2012, nos Jogos Olímpicos de Londres, recebeu da FIG o prêmio de longevidade na Ginástica e em 2016 nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro ganhou o prêmio de árbitra emérita da FIG.

Yumi também tem uma grande influência na formação de árbitros(as) no país. A formação de árbitros internacionais fica a encargo da FIG, contudo as federações podem solicitar a realização de

curso suplementares ou regionais, nos quais diferentes condições podem ser aplicadas, como: conceder apenas *brevets* internacionais de categoria 4 para os(as) aprovados(as), e ter árbitros formados para atuar apenas no país ou no estado/região (Oliveira, 2022).

Neste sentido, nossa entrevistada atuou na formação de árbitros(as) e relata não ter conhecimento do quantitativo de profissionais formados(as) por ela (entre os quais estão os(as) autores(as) da presente pesquisa), mas certamente todos(as) os(as) árbitros(as) do Brasil passaram pela Yumi em algum momento, já que desde o ciclo de 1981 ela foi responsável por ministrar todos os cursos nacionais de arbitragem de GAF.

Desafios e dificuldades para tornar-se uma árbitra de referência

É necessário ressaltarmos que um dos principais desafios para a consolidação da carreira de árbitra era a questão financeira: além de ter que arcar com todos os custos do curso, era necessário pagar para atuar nas competições mais importantes, como, por exemplo, os Campeonatos Mundiais. Somente em alguns eventos, como os Jogos Pan-americanos, não era necessários pagar, mas, via de regra, no início da carreira, além de todo esforço e sacrifício para participar dos cursos, era necessário pagar todas as despesas para trabalhar (arbitrando) em uma competição.

Outra dificuldade encontrada na época era com relação às possibilidades de estudo: não se tinham os recursos tecnológicos que se tem hoje; o código de pontuação com todas as atualizações para o ciclo olímpico seguinte era entregue no momento do curso, então aquela única semana de curso que antecedia a prova era de muito estudo, com pouco espaço para resolução de dúvidas e questionamentos – de fato era um momento exaustivo, afirma nossa entrevistada.

Ademais, até os Jogos Olímpicos de 2000 em Sydney, tínhamos a divisão da competição em séries obrigatórias e séries livres, sendo que a

série obrigatória era passada no curso intercontinental, ficando os(as) participantes responsáveis por chegarem no país e ensiná-la aos(às) treinadores(as) e ginastas – algo bastante difícil para um país com dimensões continentais como o Brasil e em um tempo em que a comunicação se dava basicamente por cartas e telefone.

Antigamente o mundo possuía poucos(as) árbitros(as); hoje em dia somos muitos(as), inclusive aqui no Brasil, poucas eram as pessoas que queriam ser árbitros(as) na época. Hoje temos vários(as) árbitros(as) internacionais, tornando muito difícil contemplar todos(as) com a participação em eventos, ainda que tenham aumentado o número de eventos esportivos da modalidade.

Como eram poucos(as), antigamente existia um certo assédio das equipes em relação à arbitragem. Segundo nossa entrevistada, alguns representantes dos países davam aos(às) árbitros(as) presentes e lembranças para que suas ginastas fossem avaliadas de maneira “mais carinhosa”; contudo, a professora Yumi destaca que hoje isso não existe mais, pois atualmente são muitos(as) árbitros(as) presentes em uma competição.

Ainda cabe destacar que, no caso da GAF, encontramos o componente artístico como parte da avaliação em dois dos quatro aparelhos, sendo eles trave de equilíbrio e solo. Apesar de haver uma descrição no CP que avançou em termos de clareza de conceitos, as notas ainda dependem de uma avaliação subjetiva por parte do(da) árbitro(a) (PAJEK *et al.*, 2014), e esta pode ser influenciada por diferentes fatores que vão além das provas. Ou seja, a avaliação depende de fatores pessoais e individuais de cada árbitro(a), caracterizando-se como uma regra “não escrita”, podendo existir uma interferência direta na modalidade. (Oliveira, 2022)

Para conter este tipo de situação, a FIG criou um sistema de avaliação da atuação da arbitragem nos eventos oficiais em que são analisadas as notas e os desvios entre as notas da arbitragem, gerando um relatório ao final da competição, que é divulgado publicamente pela

FIG. Assim, se um(a) árbitro(a) tem um grande desvio ou se fica evidente que este desvio é em favor do seu país, é aplicada uma penalização a ele(a).

Isso tem causado uma pressão muito grande sobre os(as) árbitros(as), garante Yumi: de fato, “eu que já era uma árbitra experiente, ficava nervosa com esta pressão, afinal somos humanos e estamos passíveis a erros”.

Quando mudam as regras do jogo - a revolução do código de pontuação

Cada esporte possui suas regras próprias e que formam um conjunto de proposições nas quais estão inseridas as condições e possibilidades de ação que os(as) praticantes podem realizar. No caso da Ginástica Artística, as regras são formuladas pela Federação Internacional de Ginástica através dos Comitês Técnicos. O conjunto dessas regras que formam o regulamento da GA é o Código de Pontuação, como previamente mencionado. Estas regras sofrem diversas alterações a cada ciclo olímpico, na busca de ajustes para a evolução da modalidade.

O CP, por ser a base da atuação de árbitros(as), treinadores(as) e ginastas, estabelece uma dialética inseparável com os envolvidos na prática, e influencia diretamente o treinamento da modalidade, sendo um documento que oferece dados e informações para a promoção de modificações nas séries apresentadas pelos(as) ginastas a cada atualização. (Leandro et al., 2016)

Nossa entrevistada conheceu o CP ainda como ginasta e nos relata que, na época, era um livro pequeno, com poucos exercícios catalogados e uma avaliação muito subjetiva. Neste período os exercícios eram categorizados como médio, superior e risco, e posteriormente passaram a ser classificados em A, B, C (sendo A os exercícios mais fáceis e C os exercícios mais difíceis.)

A cada ciclo novo, elementos eram criados pelas ginastas e iam entrando para o CP com seu valor analisado pelo Comitê Técnico da FIG. Atualmente, temos exercícios classificados em nível de dificuldade do A ao J, tamanha a evolução dos movimentos.

Mas certamente a maior mudança foi o fim da nota 10 e a divisão da avaliação a partir de duas notas (dificuldade e execução). Segundo nossa entrevistada, esta ruptura foi certamente a mais complexa. Yumi reforça o quão difícil foi mudar o conceito de nota 10, afinal todos(as) nós somos orientados(as) pela escala de 0 a 10 em várias avaliações cotidianas de nossa vida, e o fim da nota 10 nos fez perder essa referência.

Atualmente o CP direciona para a construção da nota a partir do somatório de duas notas, ou seja: $\text{Nota final} = \text{Nota de dificuldade} + \text{Nota de execução}$. A professora Yumi nos reporta que hoje sente que está mais difícil fazer esta avaliação, embora as regras estejam mais objetivas. Segundo ela, antigamente se analisava mais a execução, mas com as alterações, passou a ser necessária a avaliação de outros itens. Por isso ela afirma que sente que nos dias atuais está cada vez mais difícil arbitrar: são muitas coisas para avaliar tanto na nota de dificuldade quanto na de execução.

Oliveira (2022) afirma que, mesmo diante de tantas atualizações desde a sua criação, o CP ainda se mantém relacionado ao “que” o(a) ginasta faz, sempre considerando os principais aspectos, como a dificuldade dos exercícios, a composição e a execução dos movimentos presentes nas séries – e não relacionado ao “como” o(a) ginasta faz, conforme descrição do CP. A valorização está naquilo que o(a) ginasta apresenta, em detrimento da forma como cada movimento é apresentado.

O futuro da arbitragem no Brasil e no mundo

Em sua entrevista, Yumi garante que seu principal medo é a substituição humana por máquinas. A FIG atualmente tem excelentes

programas para treinamento e formação de árbitros(as), mas uma coisa é arbitrar um vídeo e outra coisa é arbitrar “ao vivo”. O(a) árbitro(a) precisa ter este treinamento do “ao vivo” e com o número elevado de árbitros(as), fica realmente difícil contemplar a todos(as).

Yumi teme que todo o processo de avaliação futuramente seja informatizado. Ela reforça que um dos fatores importantes na arbitragem é a sensibilidade, e não crê que a máquina possa avaliar um(a) ginasta: “ter sensibilidade é um aspecto primordial para ser um bom árbitro”.

Para Galak, Zoboli, e Dantas Junior (2018), os impactos da inserção de auxílios tecnológicos vai muito além da mera correção de erros de arbitragem; os alcances desta forma de tecnologia impactariam, também, a organização tática e, conseqüentemente, os atletas/ginastas e suas apresentações de maneira individualizada.

Nos termos propostos por Bourdieu (1983), em uma sociedade cada dia mais permeada e mediada pela utilização das mais diversas formas de aparatos tecnológicos e rapidez de comunicação, o esporte não ficou alheio a este processo. Assim, a FIG, ao permitir a utilização de auxílio tecnológico na sua principal modalidade esportiva, a aproxima do cotidiano e das características do mundo contemporâneo.

Nossa entrevistada finaliza a entrevista destacando que o sucesso atual da ginástica brasileira também é fruto das questões técnicas de arbitragem e elogia os(as) árbitros(as) brasileiros(as). Segundo ela, os(as) árbitros(as) do Brasil estão entre os mais estudiosos do mundo, se mostram como árbitros(as) extremamente corretos(as) e são elogiados(as) internacionalmente.

Para fim de conversa

Este estudo permitiu compreender aspectos históricos e institucionais da arbitragem na GAF a partir da experiência de uma protagonista brasileira de relevância internacional. A análise das falas de Yumi evidenciou que, embora haja avanços no CP e na formação de

árbitros(as), desafios estruturais e subjetivos ainda permanecem no campo da avaliação.

As contribuições da professora Yumi Yamamoto Sawasato transcendem sua atuação técnica, alcançando a formação de diversas gerações de profissionais e contribuindo para a consolidação da GAF brasileira. Além disso, sua narrativa permite aprofundar a compreensão sobre as relações entre regulação, formação e prática avaliativa na ginástica, oferecendo subsídios importantes para pesquisadores e gestores da modalidade.

Buscamos neste estudo trazer um pouco do histórico e evolução do CP, demonstrando toda a influência que ele exerce nos gestos, técnicas e habilidades que são executadas pelas ginastas. O CP é a base da atuação de árbitros(as), treinadores(as) e ginastas, estabelecendo um diálogo profícuo entre os envolvidos na prática, e influencia diretamente o treinamento e o rendimento da modalidade. Para entender esta linha de evolução, entrevistamos Yumi, que foi ao longo de 30 anos a maior referência técnica da GAF no Brasil, tendo representado o país em cinco Olimpíadas como árbitra.

Ao longo desta entrevista, fica clara a grande contribuição de Yumi para a ginástica brasileira, como ginasta inicialmente; como treinadora, tendo atuado na formação de vários(as) atletas; como gestora tendo sido coordenadora técnica da GAF na Federação Paulista de Ginástica (FPG), da CBG e da UPAG por longos anos; mas principalmente como árbitra, função em que se destacou mundialmente, tendo recebido vários prêmios pela FIG.

Ela encerra a entrevista afirmando que Ginástica é a busca da perfeição, da precisão, e que, para que possamos evoluir, é necessário muito amor pela modalidade. “A ginástica do Brasil precisa de todos, a ginástica precisa ser feita por muitas mãos”. Espera-se que futuros estudos ampliem o debate sobre a arbitragem como um campo de conhecimento autônomo e relevante dentro das ciências do esporte.

Referências

Atiković, A. Development and Analysis Code of Points (COP) in Men's Artistic Gymnastics (MAG) from the 1964 to 2013 year. **Final program, invited proceedings, book of abstracts and book of proceedings**, 2014, p. 22-35.

Brasil. **Resolução n. 466, 12 de dezembro de 2012**. Brasília: Conselho Nacional de Saúde, 2012.

Brasil, V. Z., Barros, T. E. D. S., Souza, J. R., Kuhn, F., Nascimento, J. V., & Ramos, V. A trajetória de vida de treinadores de ginástica artística. **Journal of Physical Education**, v. 29, n. 1, e-2933, 2018.

Bourdieu, P. Como é possível ser esportivo? In: P. **Bourdieu, Questões de sociologia**. Marco Zero Editora, 1983.

Grossfeld, A. Changes during the 110 years of the world artistic gymnastics championships. **Science of Gymnastics Journal**, v. 6, n. 2, 2014.

Galak, E., Zoboli, F., e Dantas Jr., H.S. O árbitro de vídeo: política, futebol e corpos em imagens (em movimento). **Arquivos em Movimento**, 14(1), 83-96, 2018.

Leandro, C.; Ávila-Carvalho, L.; Sierra-Palmeiro, E.; Bobo-Arce, M. The evaluation rules in the view of the rhythmic gymnastics judges. **Journal of Sports Science**, Salt Lake City, v. 4, p. 232-240, 2016.

Lima, L. B. Q., Bortoleto, M. A. C., Oliveira, M. S., & Schiavon, L. M. Women's artistic gymnastics in Brazil: paths taken from 1966 to 2021. **Science of Gymnastics Journal**, v. 16, n. 2, p. 225-253, 2024.

Minayo, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2013.

Molinari, C. I., Costa, V. R., Monteiro, K. O. F. F., & Nunomura, M. Critical analysis of the performance of women's artistic gymnastics in Brazil in the 2004-2016 Olympic cycles. **Science of Gymnastics Journal**, v. 10, n. 3, p. 453-466, 2018.

Nunomura, M., & Nista-Piccolo, V. L. **Compreendendo a ginástica artística**. São Paulo: Phorte, 2005.

Nunomura, M., Carrara, P. D. S., & Carbinatto, M. V. Ginástica artística competitiva: considerações sobre o desenvolvimento dos ginastas. **Motriz Revista de Educação Física**, p. 503-514, 2009.

Nunomura, M., Pires, F. R., & Carrara, P. Análise do treinamento na ginástica artística brasileira. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 31, n. 1, 2009.

Oliveira, M. D. S., & Bortoleto, M. A. C. O código de pontuação da ginástica artística masculina ao longo dos tempos. **Revista da Educação Física da UEM**, v. 20, n. 1, p. 97-107, 2009.

Oliveira, M. D. S. O **panorama da ginástica artística masculina brasileira: um estudo histórico-crítico do período 2005-2008**. 2010. Tese (Doutorado) — Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

Oliveira, M. S., Pires, F. R., Roble, O., Molinari, C. I., & Nunomura, M. A compreensão e a avaliação do componente artístico da ginástica artística. **Brazilian Journal of Physical Education and Sport**, v. 31, n. 10, p. 41-50, 2017.

Oliveira, M. S., Noé, F. A., & Bortoleto, M. A. A arbitragem na ginástica artística masculina do Brasil segundo a perspectiva de seus protagonistas. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 27, n. 4, p. 73-84, 2019.

Oliveira, M. H., & Toledo, E. Diferenças entre compreensão e aplicação de regras do código de pontuação na visão de árbitros (as) brasileiros (as) de ginástica artística. **Pensar a Prática**, v. 26, 2023.

Oliveira, M. H., & Toledo, E. Competências “práticas” de árbitros (as) brasileiros (as) de Ginástica Artística: um panorama diagnóstico. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 37, especial, e37nesp215406-e37nesp215406, 2023.

Oliveira, M. H. **Processos de formação de árbitros (as) brasileiros de ginástica artística: reflexões e apontamentos para novas perspectivas**. 2022. Dissertação (Mestrado) — Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

Pajek, M. B., Kovač, M., Pajek, J., & Leskošek, B. The judging of artistry components in female gymnastics: a cause for concern. **Science of Gymnastics Journal**, v. 6, n. 3, p. 5-12, 2014.

Pajek, M. B. Judging artistry on balance beam. In: **2nd International Scientific Congress Slovenian Gymnastics Federation**, p. 87, 2015.

Públio, N. S. **Evolução histórica da ginástica olímpica**. São Paulo: Phorte, 2002.

Schiavon, L. M., Paes, R. R., Toledo, E. D., & Deutsch, S. Panorama da ginástica artística feminina brasileira de alto rendimento esportivo: progressão, realidade e necessidades. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 27, p. 423-436, 2013.